

II Jornada Nacional de Debates

**Crise internacional, conjuntura
macroeconômica e negociação
coletiva**

2009

DI ESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

A crise econômica internacional

- ❑ Maior crise do capitalismo desde 1929
- ❑ Crise global : atinge praticamente todos os países e regiões do mundo
- ❑ Duração e intensidade podem ser diferentes para os países

Desregulamentação financeira

- ❑ A crise se apresentou como o estouro da bolha do mercado imobiliário americano
- ❑ Seus antecedentes remontam ao processo de desregulamentação do sistema financeiro mundial a partir da hegemonia neoliberal

Globalização financeira

- ❑ A acumulação de capital fictício, apoiada nos déficits fiscais e nas inovações financeiras, impôs uma lógica de rentabilidade insustentável que começa a ser desmontada com a crise
- ❑ Intensa mobilidade do capital em busca das regiões de menor custo (salários, impostos, crédito, infra-estrutura) visava atingir níveis de rentabilidade insustentáveis das finanças desreguladas
- ❑ É, portanto, a crise de um padrão de acumulação liderado pelas finanças, e de hegemonia do pensamento neoliberal

Era da incerteza

A agenda está em aberto

□ Desafios para a agenda pública:

- salário e emprego decente
- meio ambiente
- regulamentação do sistema financeiro mundial
- protecionismo
- taxação dos mais ricos
- ampliação das políticas de proteção social
- taxa de câmbio flexível
- controle de capitais
- Revisão do papel do FMI, do Banco Mundial

**A incerteza sobre os
desdobramentos da crise é muito alta**

O Estado volta à cena

- ❑ A idéia-força das últimas três décadas de hegemonia do pensamento neoliberal - “menos estado, mais mercado”- ruiu com a crise
- ❑ O Estado volta à cena. Como volta, é uma questão em aberto e em disputa

A crise mundial e o Brasil

- ❑ Não há blindagem possível. A crise atacou o centro do capitalismo e se espalhou pelo sistema como um todo
- ❑ Na história recente, é a primeira vez que o Estado brasileiro não representa um entrave ao enfrentamento da crise. Atua ampliando o investimento e o crédito na economia
- ❑ Instrumentos públicos de intervenção na economia (Banco do Brasil, CEF, BNDES, Petrobras, BASA, BNB) têm sido e serão fundamentais na travessia da crise

Como a crise afeta o Brasil

- ❑ Via queda do comércio exterior: fim dos grandes superávits comerciais e aumento do déficit nas transações correntes
- ❑ Saída de capitais: significativa desvalorização do real a partir de setembro
- ❑ Cancelamento de linhas de crédito no exterior, o que afetou setores como o de exportação e o agrícola

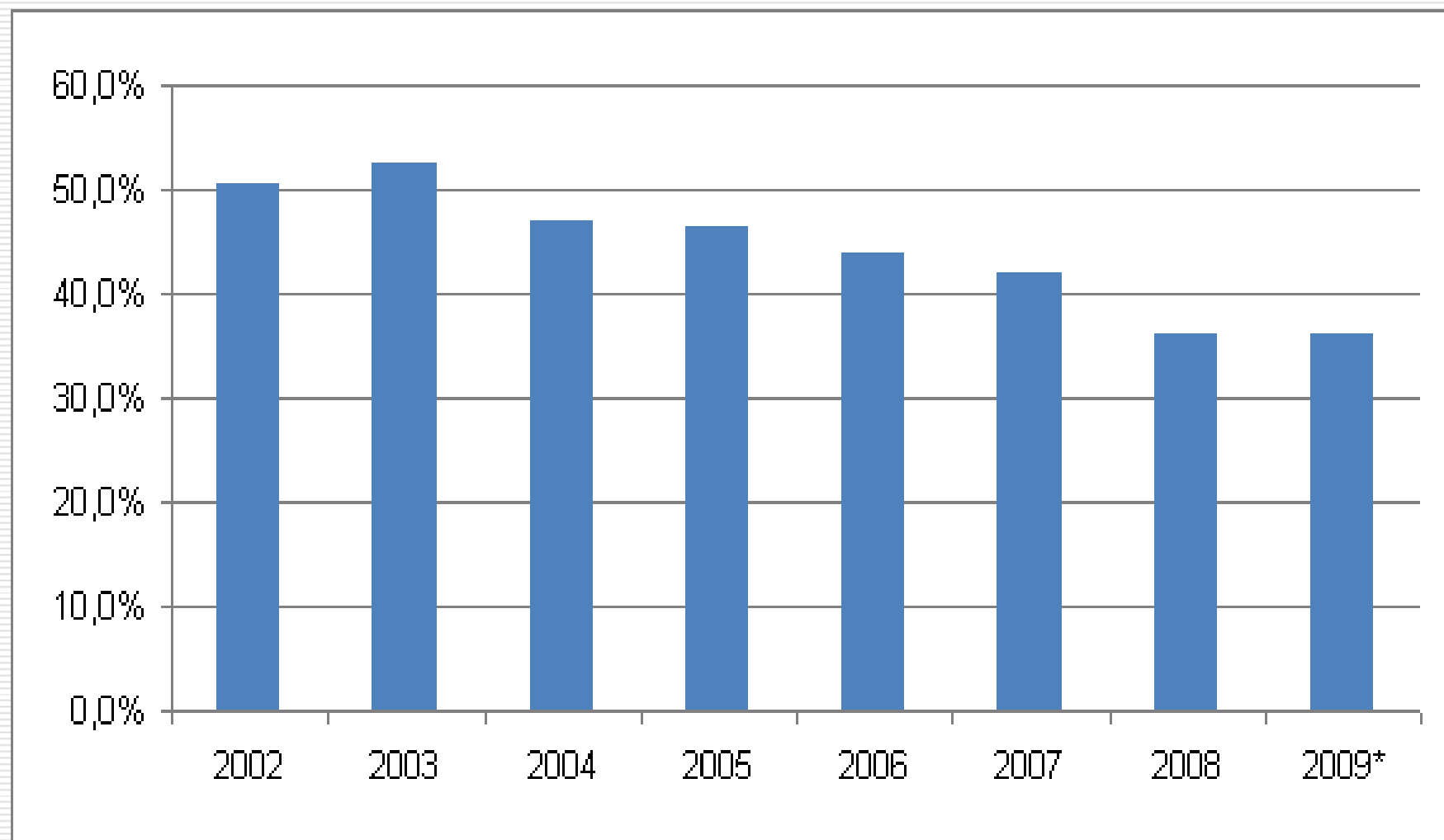
Como a crise afeta o Brasil

- ❑ Redução dos investimentos das empresas
- ❑ Queda na demanda de vários setores, em especial no de bens duráveis
- ❑ Redução súbita do volume de crédito, que crescia a altas taxas e financiava as atividades correntes da economia

Aspectos importantes da economia brasileira para o enfrentamento da crise

- ❑ O dinamismo do mercado interno, que tem sido o motor do crescimento da economia brasileira nos últimos anos
- ❑ O nível das reservas cambiais existentes no país, em torno de US\$ 200 bilhões
- ❑ Investimentos do PAC têm papel fundamental nas áreas de infra-estrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento
- ❑ Diversificação de destinos das exportações brasileiras

Aspectos importantes - evolução da relação da dívida pública e o PIB - (%)



Principais medidas de combate à crise tomadas até o momento

- Redução de compulsório dos bancos
- Financiamento das exportações
- Financiamento à agricultura
- Incentivo à construção civil
- Expansão do financiamento do investimento e da produção
- Desonerações e incentivos fiscais
- Estímulo para aumento do crédito – redução IOF

Medidas mais recentes

- Criação da Caixa Banco de Investimento
- Suspensão da exigência da Certidão Negativa de Débito, por 6 meses, para empréstimos nos bancos públicos
- Alteração das alíquotas do imposto de renda

Medidas mais recentes

- Renovação da redução do IPI dos automóveis
- BNDES - aumento de R\$ 100 bilhões nos recursos
- Petrobras - aumento dos investimentos de 1,2% do PIB para 1,7% em 2009
- Pacote Habitacional - anúncio da construção de 1 milhão de unidades

Mercado de Trabalho Formal no Brasil

**Recuperação e crise
no mercado formal de trabalho**

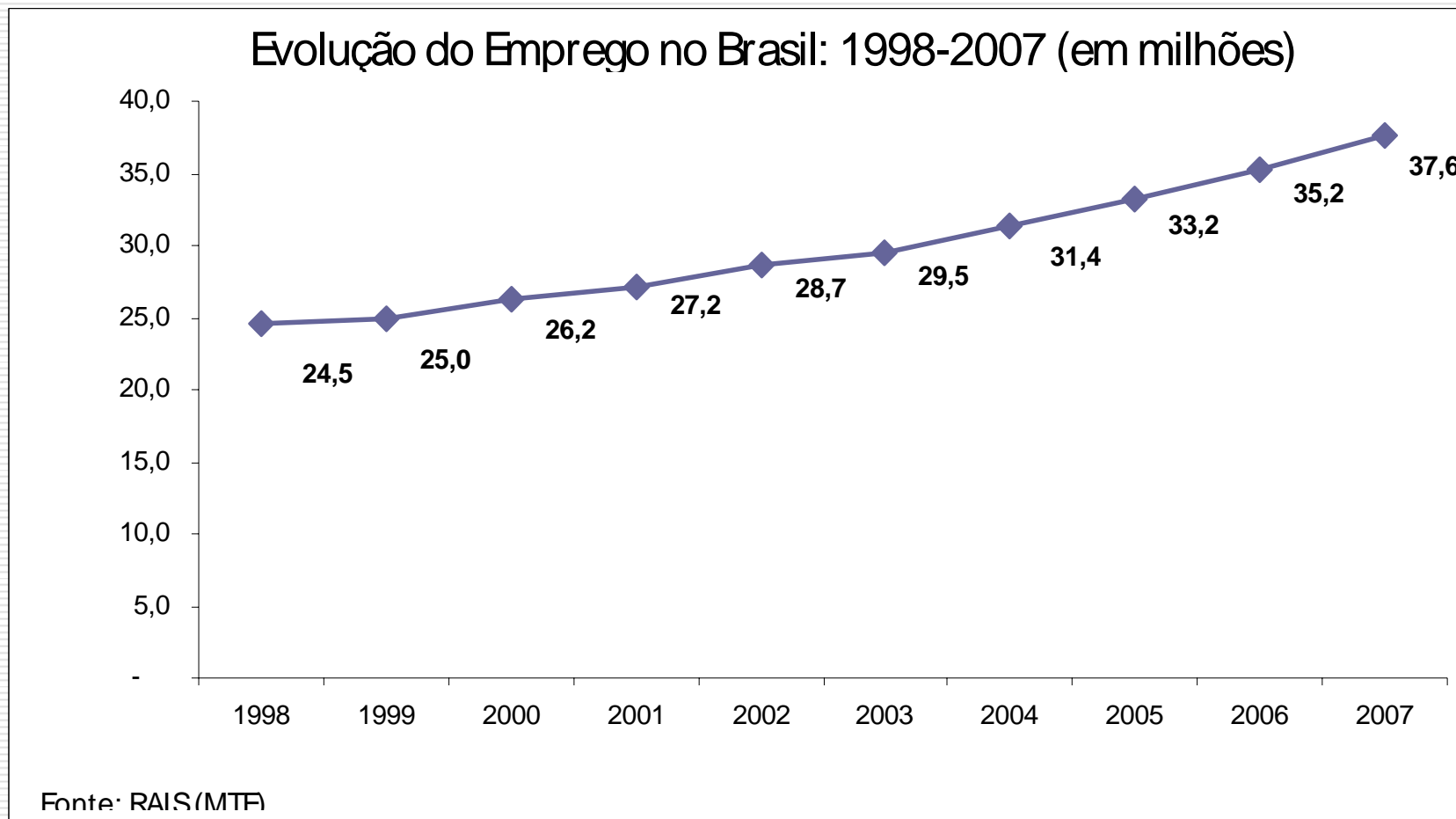
Os resultados RAIS: 1998-2007

Emprego cresceu 56% no decênio
O crescimento foi significativo após 2004

Tamanho do mercado formal

- ❑ 1998 = 24,5 milhões de empregos
- ❑ 2007 = 37,6 milhões de empregos
- ❑ Para 2008, estima-se, com base no CAGED, um mercado de trabalho superior a 39 milhões de empregos formais

Crescimento do emprego formal

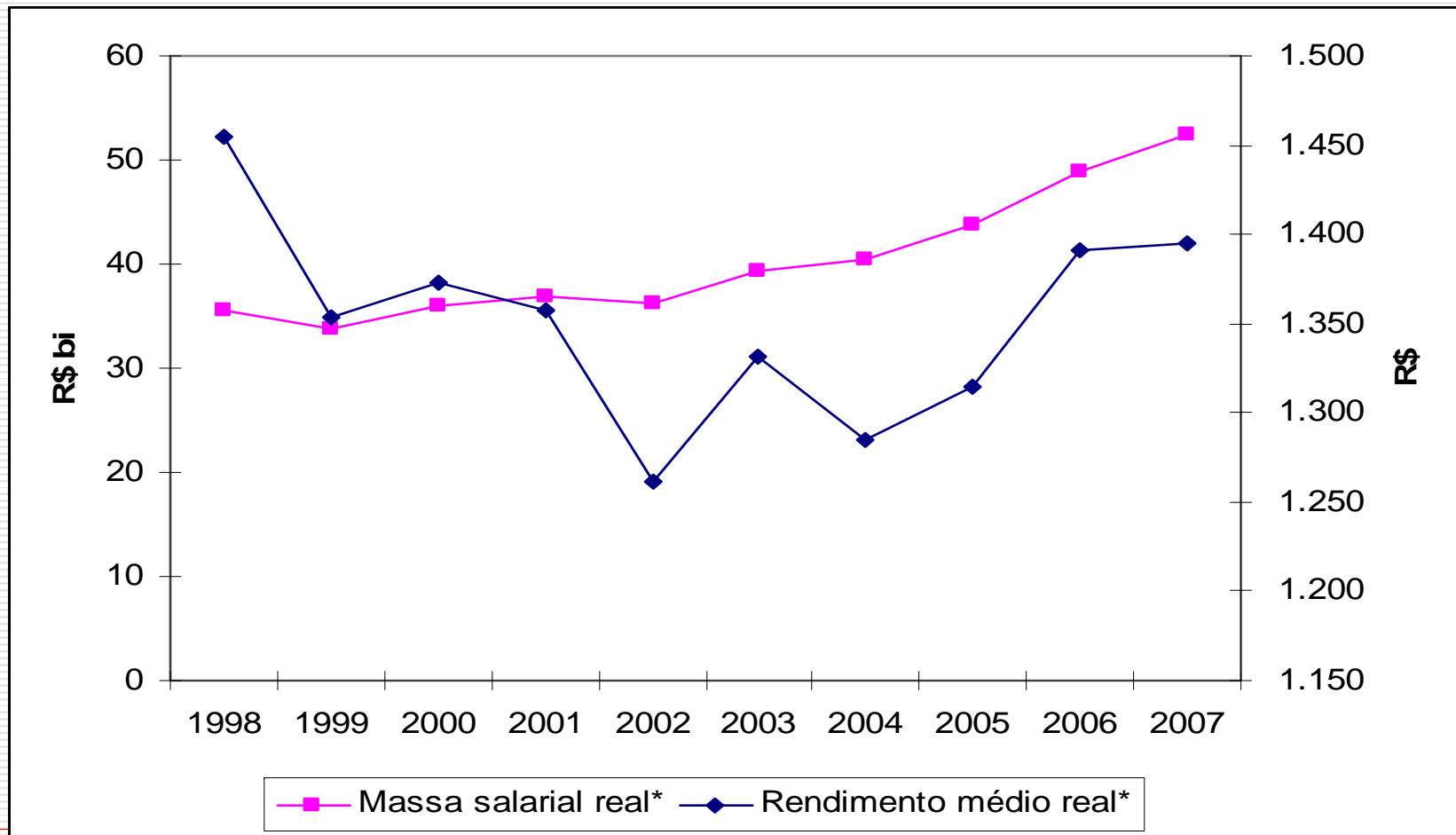


O crescimento do emprego nas regiões brasileiras: 1998-2007

Ranking regional

■ Região Norte	105%
■ Centro-Oeste:	75%
■ Nordeste:	68%
■ Sul:	54%
■ Sudeste:	48%

Evolução da massa real de salário e do rendimento médio real - Brasil - 1998 a 2007

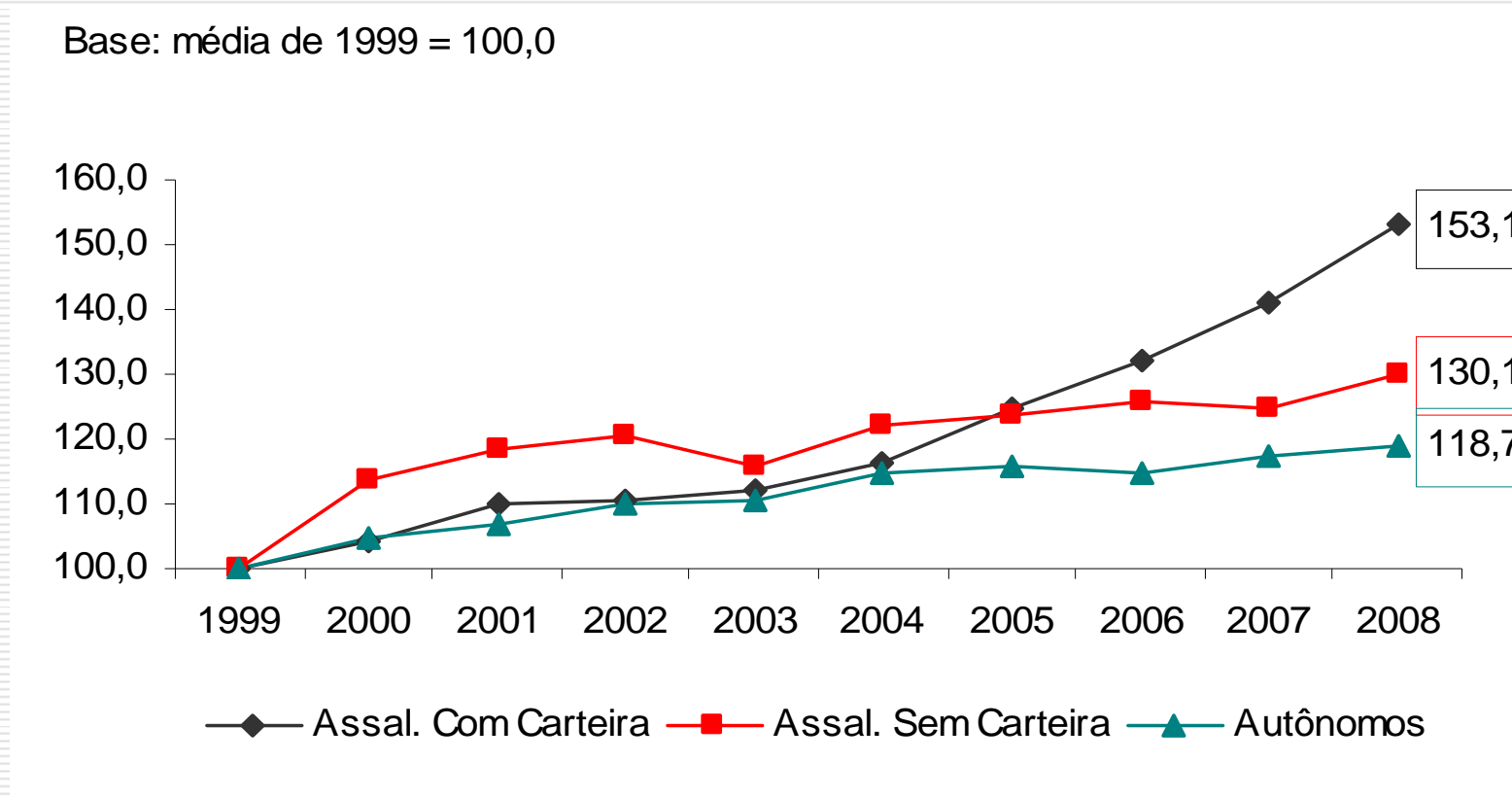


Obs.: A preços de janeiro de 2009

Em suma

- Entre 2003 e 2007, pelos dados da RAIS, o mercado de trabalho do país apresentou significativo desempenho, com grande criação de empregos formais, recuperação do salário médio dos trabalhadores e crescimento da massa salarial

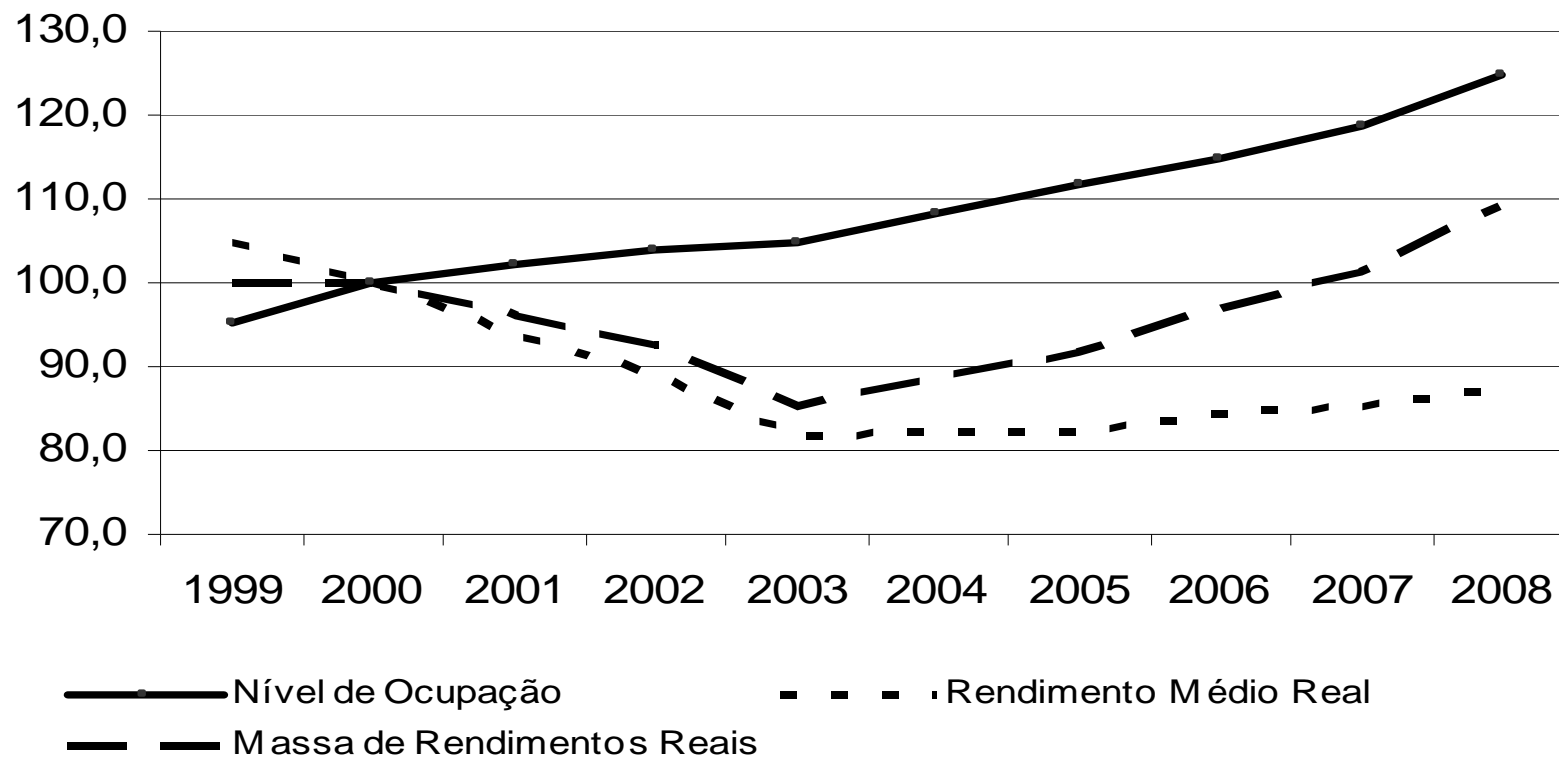
Os dados da PED confirmam, para o conjunto dos ocupados, as tendências verificadas no mercado formal



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Os dados da PED confirmam, para o conjunto dos ocupados, as tendências verificadas no mercado formal

Base: média de 2000 = 100



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

O mercado de trabalho formal brasileiro (CAGED)

- ❑ “Flexibilidade contratual”
- ❑ Facilidade de demissão dos trabalhadores, na ausência de dispositivos regulatórios que inibam a “dispensa imotivada”

Movimentação do emprego: 1998 a 2008

TABELA 1
Movimentação do emprego
Brasil - 1998 a 2008

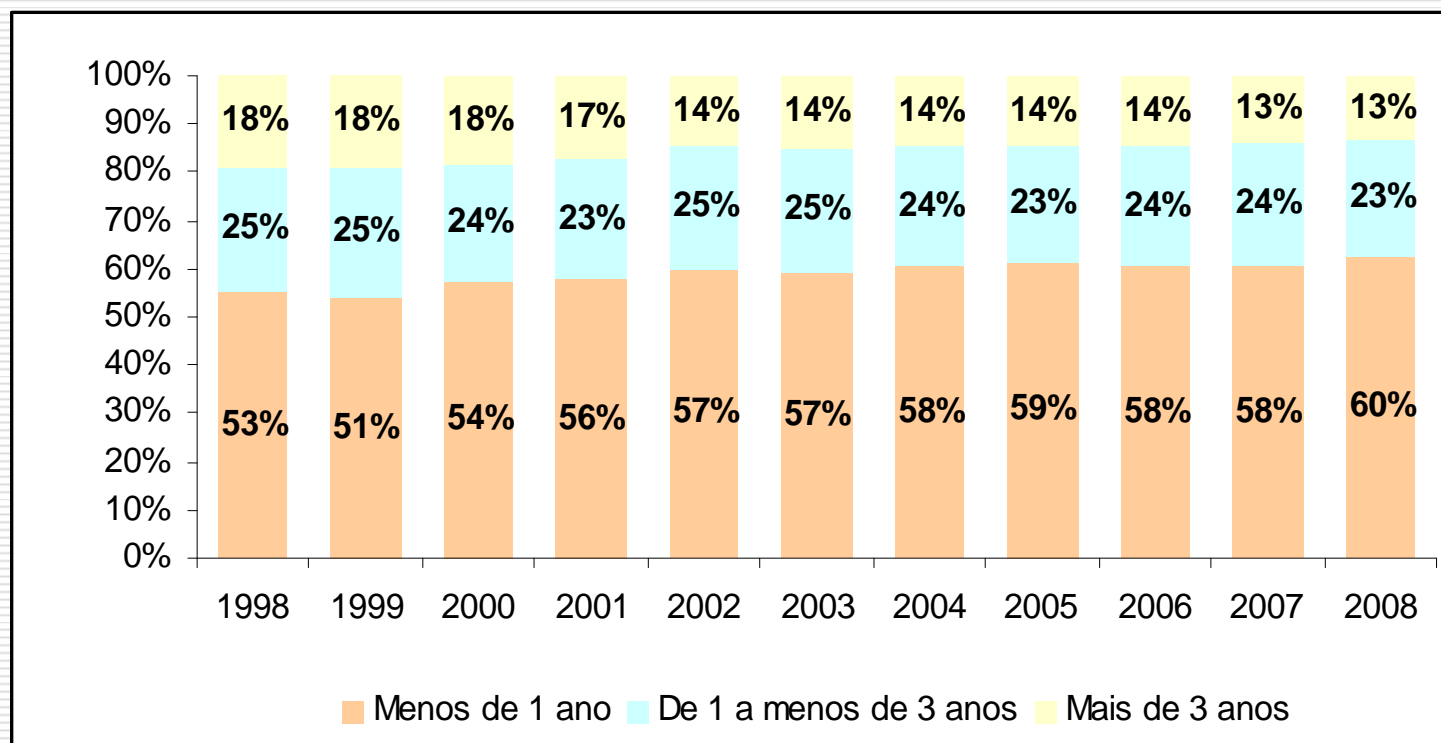
Ano	Admissões	Desligamentos	Saldo
1998	8.067.389	8.649.134	-581.745
1999	8.181.425	8.377.426	-196.001
2000	9.668.132	9.010.536	657.596
2001	10.351.643	9.760.564	591.079
2002	9.812.379	9.049.965	762.414
2003	9.809.343	9.163.910	645.433
2004	11.296.496	9.773.220	1.523.276
2005	12.179.001	10.925.020	1.253.981
2006	12.831.149	11.602.463	1.228.686
2007	14.341.289	12.723.897	1.617.392
2008	16.659.331	15.207.127	1.452.204

Fonte: MTE.Caged
Elaboração: DIEESE

Tempo de emprego dos desligados

GRÁFICO 4

Participação do número de desligados em relação ao tempo de emprego
Brasil – 1998 a 2007

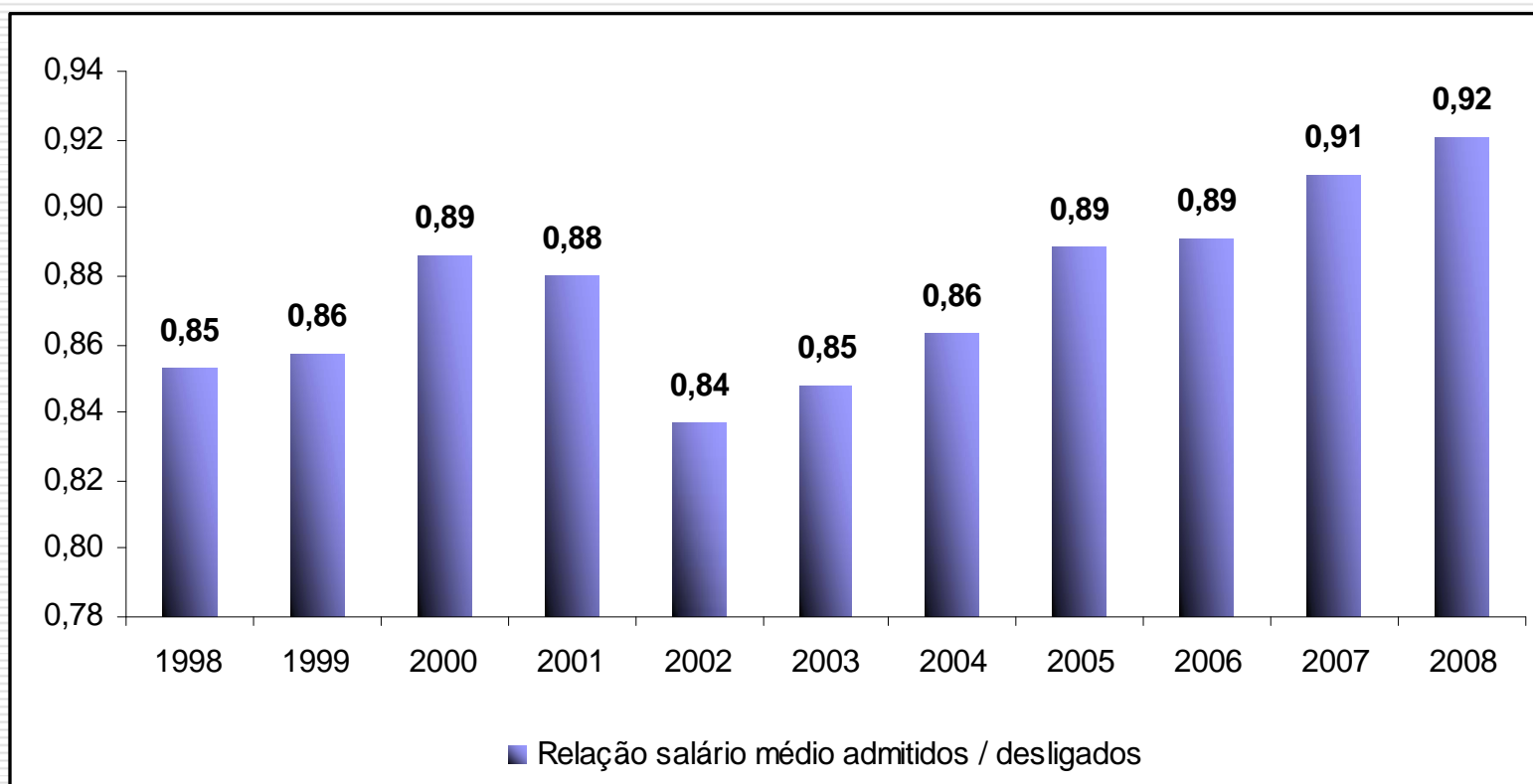


Fonte: MTE.Caged
Elaboração: DIEESE

Relação entre salário médio entre admitidos e desligados

GRÁFICO 5

Evolução da relação entre salário médio entre admitidos e desligados
Brasil – 1998 a 2007



Fonte: MTE.Caged
Elaboração: DIEESE

Flexibilidade em números

- ❑ É expressiva a quantidade anual de admissões e demissões no período analisado
- ❑ Mais da metade dos demitidos tinha menos de 1 ano de contrato e $\frac{3}{4}$ até 2 anos de contrato
- ❑ O salário médio de admissão é sempre inferior ao da demissão, embora esta relação apresente melhora contínua a partir de 2003
- ❑ Influência da política de valorização do salário mínimo vigente no período, com impacto sobre os “pisos das categorias” e o salário de contratação

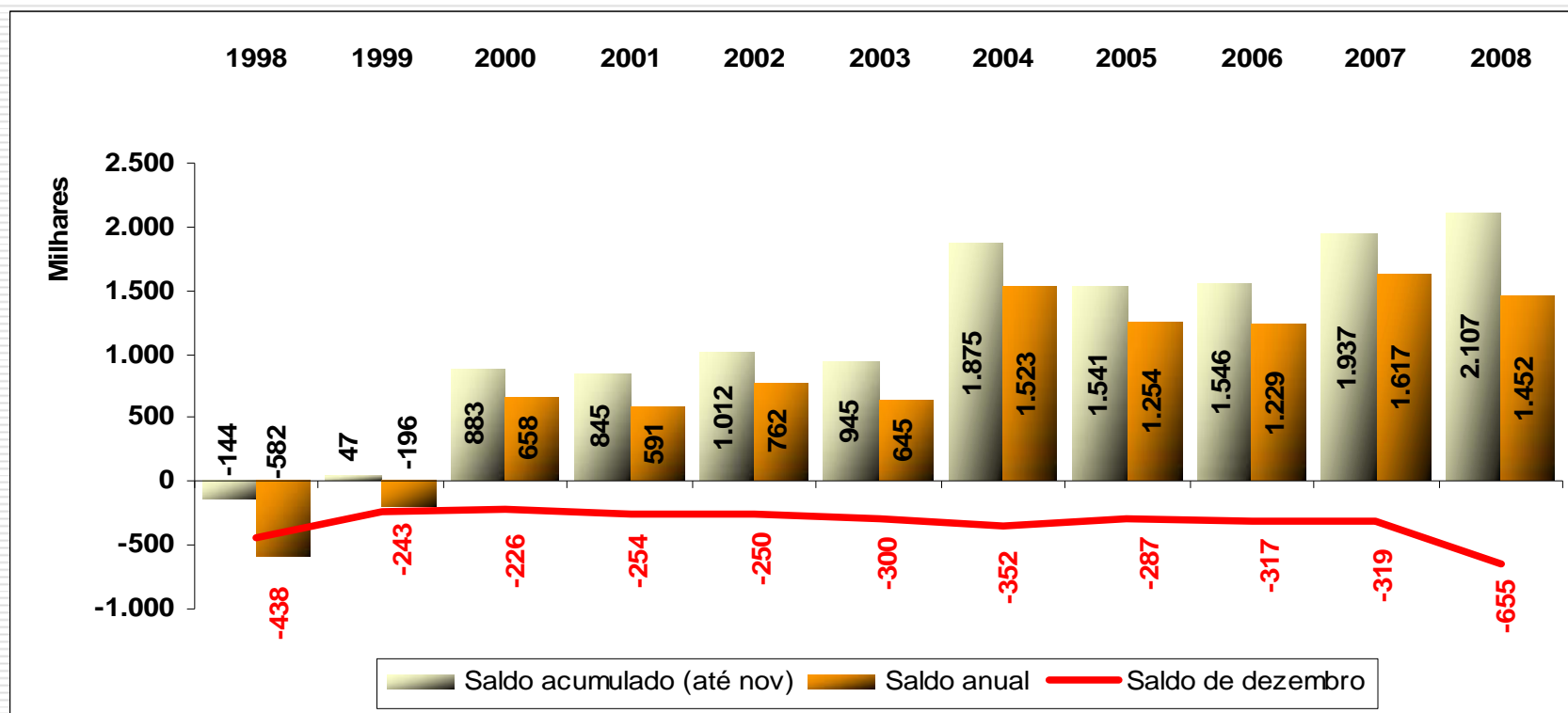
Dezembro: o mês do “ajuste geral” do emprego formal

- ❑ Dezembro é mês de “ajuste geral” da mão-de-obra no mercado de trabalho
- ❑ Processo generalizado de demissões de trabalhadores atinge quase todos os setores de atividades e regiões do país
- ❑ Dezembro 2008 – Além do “ajuste” que acontece todos os anos, existiu o “ajuste da Crise”

Movimentação do emprego formal: saldo até novembro, anual e de dezembro

GRÁFICO 6

Movimentação do Emprego no Mercado Formal de Trabalho: saldo acumulado até novembro, saldo anual e saldo de dezembro.
Brasil – 1998 a 2008.



Fonte: MTE.Caged

Evolução do saldo mensal segundo movimentação mensal do CAGED, por setor

	Nov./08	Dez./08	Jan./09	Fev./09
TOTAL	100,0	98,0	97,7	97,7
EXTRATIVA MINERAL	100,0	98,2	98,0	97,6
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	100,0	96,4	95,7	95,0
Minerais Não Metálicos	100,0	98,4	97,8	97,5
Metalúrgica	100,0	97,7	96,2	94,6
Mecânica	100,0	97,0	96,2	94,6
Materiais Elétricos e Comunicações	100,0	96,5	94,8	92,7
Materiais de Transporte	100,0	97,2	94,9	92,4
Madeira e Mobiliários	100,0	97,3	96,7	95,8
Papel, Papelão, Editor	100,0	98,9	98,5	98,0
Borracha, Fumo, Couros	100,0	97,1	97,1	97,6
Quím., Prod. Farm., Veter.	100,0	98,0	97,5	97,0
Têxtil, Vestuário	100,0	97,1	96,6	96,1
Calçados	100,0	91,5	91,8	92,6
Alimentação, Bebidas	100,0	94,3	93,8	93,6
SERV. IND. UTILIDADE PÚBLICA	100,0	99,7	99,9	100,2
CONSTRUÇÃO CIVIL	100,0	95,9	96,5	96,6
COMÉRCIO	100,0	99,8	99,1	98,9
Comércio Varejista	100,0	99,9	99,0	98,9
Comércio Atacadista	100,0	99,3	99,2	99,3
SERVIÇOS	100,0	99,1	99,1	99,6
Instituições Financeiras	100,0	99,9	99,7	99,7
Com. Adm. Imóv. Serv. Téc-Prof	100,0	99,0	99,0	99,1
Transporte e Comunicações	100,0	99,0	98,5	98,5
Ser. Aloj. Alim. Rep. Manut.	100,0	99,5	99,8	100,1
Serviços Médicos, Odontológicos	100,0	99,9	100,4	100,8
Ensino	100,0	96,6	96,1	99,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	100,0	96,5	96,7	98,5
AGROPECUÁRIA	100,0	92,1	91,3	91,4

Fonte: CAGED/MTE. Nota: estoque em 30/11/2008=100,00

Desafios para o movimento sindical e a sociedade: dimensão macroeconômica

- Garantir a política de valorização do salário mínimo
- Reduzir a taxa básica de juros(SELIC) e as taxas de empréstimos para pessoas e empresa
- Expandir investimento público, priorizando setores com forte impacto social (ex: PAC)

Desafios para o movimento sindical e a sociedade: dimensão macroeconômica/setorial

- Política seletiva de desoneração tributária
- Política seletiva de crédito
- Definir políticas de proteção e de incentivo ao mercado interno
- Fortalecer políticas de apoio à agricultura familiar

Desafios para o movimento sindical e a sociedade: política pública

- ❑ Ampliar as políticas de proteção social (seguro desemprego, Bolsa Família, Prouni, entre outras)
- ❑ Reforçar o sistema de seguridade social brasileiro, que exerce papel chave na distribuição da renda nacional e no combate à pobreza

Desafios para o movimento sindical e a sociedade: política pública

- Assegurar contrapartidas sociais e de emprego na concessão de financiamento com recursos públicos
- Investir em programas de combate ao déficit habitacional e saneamento
- Frentes de trabalho (união, estados, municípios)

Desafios para o movimento sindical: negociação coletiva

- Preservação do emprego e da renda é a dimensão mais importante para o enfrentamento da crise
- A garantia do poder de compra da população é o elemento que fortalece o mercado interno que, no momento, é a principal saída para a crise
- Garantir o cumprimento dos acordos firmados entre os servidores públicos e o governo federal
- A crise tem impactos diferentes sobre os setores da economia e as regiões, o que requer diagnósticos precisos para subsidiar as negociações
- Em função da enorme incerteza conjuntural, a dimensão temporal torna-se um elemento estratégico da negociação coletiva

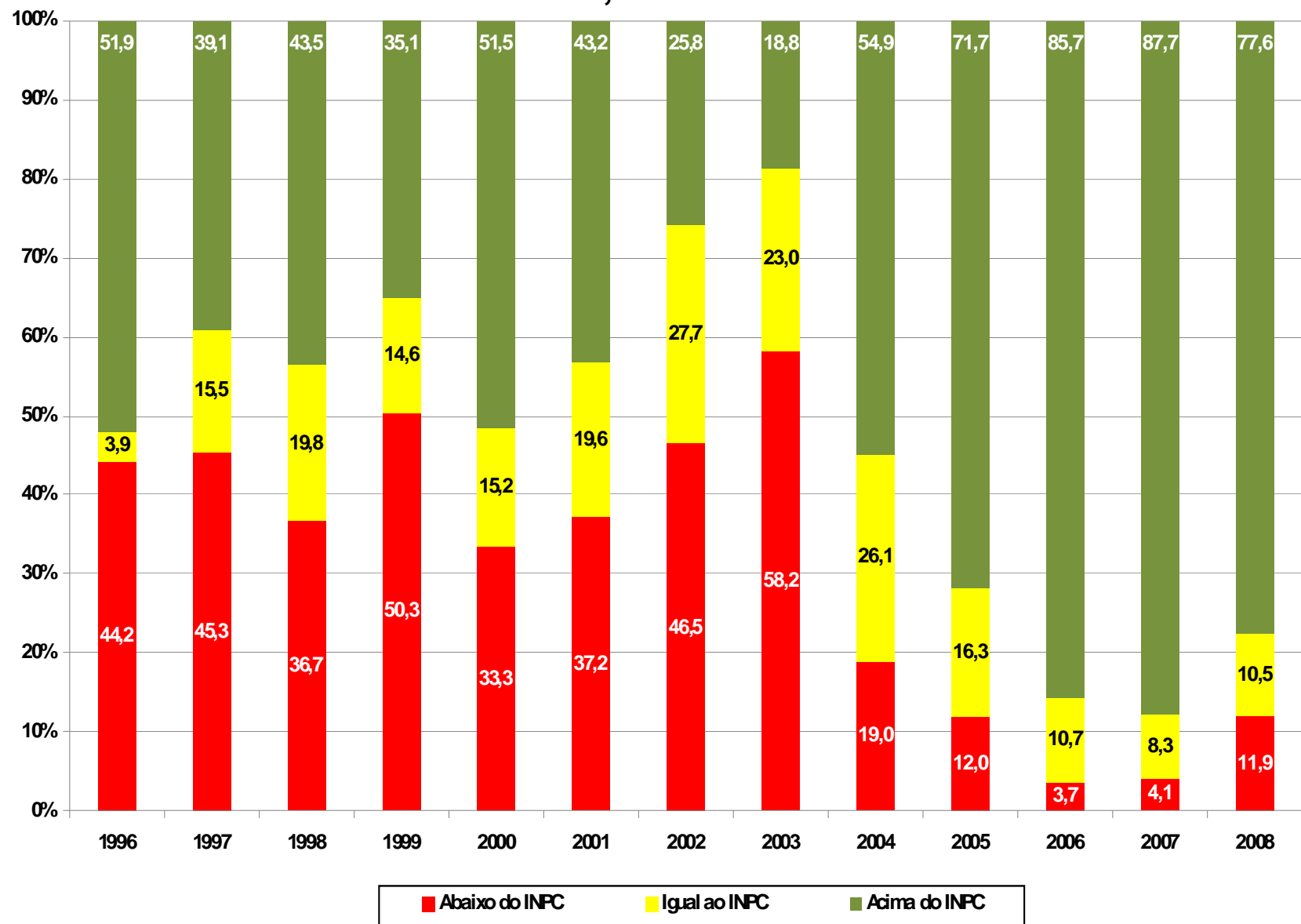
Desafio para o movimento sindical: negociação coletiva

- A defesa do emprego e da renda, na ação sindical, representa a defesa dos interesses do país

Resultado das negociações coletivas

- As negociações coletivas, nos anos recentes, contribuíram para a elevação do poder de compra dos trabalhadores e para a dinamização do mercado interno

Reajustes Salariais, em comparação ao INPC-IBGE Brasil, 1996-2008



Fonte: DIEESE.SAIS

Desafios estruturais: uma nova regulação para o mercado de trabalho

- ❑ Adoção da convenção 158 da OIT, que proíbe a demissão imotivada
- ❑ Adoção da convenção 151 da OIT relativa ao direito de organização e negociação dos servidores públicos
- ❑ Proibição às formas precárias de contratação
- ❑ Incentivos à formalização (tributação, crédito, compras do governo, entre outras)
- ❑ Política de longo prazo de valorização do salário mínimo
- ❑ Compromisso com o pleno emprego
- ❑ Redução da jornada de trabalho sem redução de salário: “Reduzir a jornada é gerar empregos”

Desafios estruturais: desmonte do rentismo

- Redução das taxas de juros, básica e de todas as modalidades de empréstimos
- Diminuição dos encargos de juros da dívida interna pública federal
- Redução da alta lucratividade do sistema bancário e dos rentistas
- Menor transferência de renda de pessoas e empresas para os que se apropriam dos ganhos financeiros
- Um novo papel para o sistema bancário e financeiro no Brasil (voltado para o financiamento da produção e do desenvolvimento)